



Câmara Municipal de São Paulo
Gabinete do Vereador
José Américo
PT

São Paulo, 03 de fevereiro de 2012

Prezado Secretário,

Solicito de V.S. providências urgentes no sentido de impedir a continuidade do flagrante desrespeito à legislação por parte da Via Perimetral /Rodoanel Mário Covas, em seu trecho Norte, que começa a ser implementado sob responsabilidade da Dersa, do governo estadual. O empreendimento obteve o respaldo formal do município de maneira imprópria, já que a licença concedida em 2010, pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano, não se sustenta legalmente, devendo portanto ser cancelada o mais rapidamente possível. Vou explicar a seguir os motivos da irregularidade desta licença. Mas, antes, ressalto que a Secretaria das Subprefeituras, através de seu Departamento de Uso e Ocupação do Solo, e dos setores correspondentes nas Subprefeituras, tem o dever - bem como o poder necessário, inclusive o de polícia – de assegurar o cumprimento da legislação em qualquer empreendimento, mesmo em uma obra pública desta magnitude, no caso uma rodovia (Resolução CONAMA 237, de 1997, em seu anexo 1), e em se tratando de irregularidades cometidas por uma Secretaria Municipal.

Relaciono a seguir alguns exemplos de descumprimento da lei na Via Perimetral Rodoanel Mário Covas, Trecho Norte, e que, em minha opinião, justificam a realização urgente de diligências e ações fiscais, que devem levar ao embargo da obra por esta secretaria:

Viaduto Jacareí, 100 – 4º andar – Bela Vista – Cep: 01319-900
Fones: 3396-4409 Fax: 3396-3955



Câmara Municipal de São Paulo
Gabinete do Vereador
José Américo
PT

a) embora o Parecer Técnico da Coordenadoria de Licenciamento Ambiental e de Proteção dos Recursos Naturais, da Secretaria de Estado do Meio Ambiente, tenha estabelecido em suas diretrizes (CPRN/DAIA/143/2001) que devem ser levadas em conta a legislação das três instâncias de governo nos itens relacionados ao empreendimento(uso e ocupação do solo, poluição do ar e poluição sonora, recursos hídricos, sítios arqueológicos e históricos, proteção da fauna e da flora), apesar disso, a maioria das leis foi ou continua sendo literalmente ignorada pelo empreendimento. A começar pelo fato do Rodoanel/Trecho Norte estar inserido numa Macrozona de Proteção Ambiental , o que exigiria de seus responsáveis **uma criteriosa avaliação de sua compatibilidade com as leis de uso e ocupação do solo e os Planos Diretores dos Municípios atingidos pelas obras**. E esta avaliação, infelizmente, não foi feita. As diretrizes da Secretaria de Estado do Meio Ambiente, citadas acima, atribuem importância particular a este item a ponto de sugerir mudança do traçado da obra ou mesmo da legislação, caso sejam constatadas discrepâncias. Mas, apesar disso, nem o traçado foi substancialmente alterado e nem houve qualquer sugestão de mudança de legislação. Os responsáveis pelo Rodoanel Mário Covas parecem acreditar ser possível empurrar um problema deste tamanho com a barriga e ninguém notar...

b) Do ponto de vista do município de São Paulo, a primeira grande discrepância, hoje transformada em irregularidade, já que nada foi feito até agora, seja pela prefeitura que não fiscaliza, seja pelo DERSA, que procura ignorar o problema, diz respeito ao Plano Diretor Estratégico da cidade. Este Plano, em vigor desde 2004, estabelece a necessidade de realização



Câmara Municipal de São Paulo
Gabinete do Vereador
José Américo
PT

de consultas públicas antes da aprovação ainda que preliminar da obra. Apesar disso, **a licença emitida pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano da Prefeitura de São Paulo, em 13 de setembro de 2010, é anterior às audiências públicas, o que impediu que fossem levadas em conta para a expedição do documento os erros, as omissões e as críticas apresentadas pela população. Também não foi dada publicidade aos documentos que serviram de base para a emissão da licença por parte da Prefeitura conforme prevê a Resolução CONAMA 237, de 1997.**

Além disso, o traçado do Rodoanel Trecho Norte passa por zonas de uso definidas pelo Plano Diretor, e com finalidades estabelecidas pela Lei e normas específicas a serem cumpridas, como por exemplo a ZEP (Zona Especial de Proteção), a ZEPAM(Zona Mista de Proteção Ambiental), e a ZEPEC (Zona Especial de Proteção Cultural). O que acontecerá com estas Zonas? A Secretaria de Desenvolvimento Urbano e o Dersa supõem que haverá uma profunda mudança no Plano Diretor, autorizando-os a ignorarem as Zonas especiais? Isso só pode ser feito pela Câmara Municipal, o que dificilmente ocorrerá e muito menos neste ano. O Plano Diretor ainda prevê em seu artigo 84 que empreendimentos de grande porte necessitam, para serem aprovados, de estudo regionalizado dos impactos de trânsito por eles proporcionados. Para obter a licença, o empreendedor deverá apresentar plano de obras para a mitigação do impacto. Isso naturalmente não foi feito até agora e não há qualquer providência em curso por parte do DERSA voltadas para obras de mitigação. Outra determinação do Plano Diretor proíbe a ligação de rodovias com vias do município (artigo 223), o que também está sendo desrespeitado pelo traçado atual do Rodoanel, já que estão previstas ligações com as avenidas Inajar de Souza e Raimundo Pereira de Magalhães.

Viaduto Jacareí, 100 – 4º andar – Bela Vista – Cep: 01319-900
Fones: 3396-4409 Fax: 3396-3955



Câmara Municipal de São Paulo
Gabinete do Vereador
José Américo
PT

- c) A licença emitida pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano também ignorou determinação da Lei de Uso e Ocupação do Solo, que exige manifestação dos órgãos competentes quando o empreendimento impacta bens tombados ou o seu entorno, no caso, o Parque Estadual da Cantareira. Consultado por órgãos de defesa do meio ambiente e por mim próprio, o COMPRESP afirmou não ter sido instado nem pela Prefeitura e nem pelo DERSA, além de não ter recebido a documentação relativa ao Rodoanel, e por isso não se manifestou até agora.
- d) A prefeitura também não providenciou a certidão que atesta que o local e o tipo de empreendimento, de acordo com a lei de uso e ocupação do solo, possa obter autorização para supressão de vegetação, quando necessário. A ausência desta certidão impede o licenciamento ambiental regular da obra, o que também é um motivo suficiente para inviabilizar a execução da obra.

Diante de todos estes casos - e do flagrante descumprimento da Lei por órgãos da própria Prefeitura - solicitamos que esta secretaria, responsável pela fiscalização de todas as obras em São Paulo, diretamente, através de seu Departamento de Uso e Ocupação do Solo, ou indiretamente, por intermédio das subprefeituras, determine o embargo da construção do Trecho Norte do Rodoanel Mário Covas. A licença expedida pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano é totalmente irregular e por isso deve ser suspensa ou cancelada.

Trata-se de um absurdo que qualquer empreendimento em nossa cidade possa ser construído a partir de uma licença tão falha e com tantas irregularidades. Ao tomar esta providência, a Secretaria das Subprefeituras estará

Viaduto Jacareí, 100 – 4º andar – Bela Vista – Cep: 01319-900
Fones: 3396-4409 Fax: 3396-3955



Câmara Municipal de São Paulo
Gabinete do Vereador
José Américo
PT

tão-somente cumprindo a sua função prevista na Lei Orgânica do Município de São Paulo, e se afastando de qualquer acusação futura de omissão numa ação fiscal que é de sua inteira responsabilidade. Melhor ainda: a Secretaria estará contribuindo para uma solução administrativa do problema, tornando desnecessária quaisquer providências de caráter judicial. A interrupção das obras do Rodoanel propiciará não apenas a oportunidade de concessão, pela Prefeitura, de uma licença que respeite a lei, como também um momento de reflexão sobre a própria conveniência da obra.

José Américo Dias
Vereador de São Paulo

Secretaria Municipal de Coordenação das Subprefeituras
Ilmo. Secretário
Ronaldo Camargo
Rua Líbero Badaró, 425 – 35º andar

Viaduto Jacareí, 100 – 4º andar – Bela Vista – Cep: 01319-900
Fones: 3396-4409 Fax: 3396-3955